

Conversações de Pretória

Um meio para atingir um fim

A declaração de Pretória é apenas um meio para se atingir um fim e disso estão conscientes quer as autoridades moçambicanas, quer as sul-africanas. Muito embora os representantes da Renamo, pela voz do ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha, tenham assumido o compromisso da cessação de actos de violência em Moçambique, as Forças Armadas Moçambicanas não cruzaram os braços. Antes pelo contrário, nos dias precedentes e nos que se seguiram à declaração de Pretória, o Exército moçambicano iniciou uma ofensiva militar de grande envergadura.

MÁRIO FERRO (Maputo)

A declaração de Pretória pode ser considerada uma vitória para o Governo do Maputo. Na verdade, os sul-africanos não conseguiram transformar-se em «árbitros de uma contenda entre irmãos» como pretendiam.

Ao ler a declaração de Pretória, na qual a Renamo se compromete a cessar os actos de violência em Moçambique e reconhece Samora Machel como Presidente da República Popular de Moçambique, o ministro Roelof Botha fez uma confirmação daquilo que há muito se costuma afirmar: a paternidade sul-africana da dita Renamo.

Por outro lado, deitou por água abaixo toda a propaganda que os cabecilhas da organização têm andado a fazer, em particular a partir de Lisboa, segundo a qual pretende a dissolução da Constituição e da Assembleia Popular, a formação de um governo provisório e a realização de eleições.

Para se chegar à declaração de Pretória as conversações foram extremamente delicadas e complexas, chegando mesmo Roelof Botha a dizer que foram os cinco dias mais difíceis da sua vida. E isto por que Pretória pretendia a custo fazer sentar à mesma mesa, ao mesmo nível e em igualdade de circunstâncias, as delegações do Governo de Moçambique e da Renamo.

Chegou mesmo a cair-se num impasse, rompido com uma declaração do porta-voz moçambicano: não há resultados concretos. E ameaçando abandonar as conversações e regressar ao Maputo, caso não se avançasse, o Governo moçambicano lançou um dado decisivo, que assustou os sul-africanos: está em perigo o Acordo de Nkomati, rasga-se o acordo e volta tudo como estava dantes.

Tal atitude causou sérias preocupações ao Governo sul-africano. Roelof Botha pediu à delegação moçambicana que não partisse e prometeu fazer qualquer coisa para evitar uma ruptura. No dia seguinte, o porta-voz moçambicano afirmaria que se registaram alguns progressos e, por fim, surgiu a declaração de Pretória, lida por Roelof Botha na presença do Presidente Pieter Botha.

Enquanto isto, houve uma troca de mensagens entre os dois países de Estado. Informações postas a circular indicaram que Samora Machel teria sido violento numa das mensagens, sem que fosse tornado público o conteúdo da mesma.

Esta posição obrigou os sul-africanos a modificar a sua actuação. Horas sem conta, Roelof Botha e Magnus Malan estiveram reunidos com os cabecilhas da Renamo num local situado nos arredores de Pretória, que se dizia pertencer aos Serviços Secretos Militares sul-africanos.

Entre os cabecilhas estavam presentes os moçambicanos Dlakama, Horacio e Domingos, tidos como os chefes militares, e o cidadão português Evo Fernandes, que tem residência fixa em Lisboa e que passa pela Europa Ocidental, visitando frequentemente a Alemanha Federal.

Enquanto isso, Roelof Botha e Jacinto Veloso, acompanhados das respectivas delegações, mantinham conversações oficiais, durante as quais, segundo foi indicado, o ministro sul-africano dava a conhecer o ponto de situação das discussões com os cabecilhas do banditismo armado.

«Ele saiu»

Quando se dá o momento de divulgar a declaração de Pretória, Alfonso Diakama é afastado. Roelof Botha explica que, na sua presença, ele havia investido de «todos os poderes» Evo Fernandes, para chefiar a delegação da dita Renamo. Quando perguntaram a Botha onde é que se encontrava Dlakama, este apenas respondeu: «Ele saiu.»

Consta que ele viajou para Marrocos, onde fixou residência ou para a Suazilândia, a fim de se encontrar com os outros chefes militares, que estão actualmente no Sul de Moçambique e que teriam sido chamados àquele país para receber novas instruções. Quais, não se sabe. Mas é muito provável que se trate de uma tática dos Serviços Secretos Militares sul-africanos, visando uma desactivação parcial da Renamo.

Como justificação, aponta-se o facto de, meia hora depois de ter sido lida a declaração de Pretória, se haver registado um acto de sabotagem contra as linhas de transporte de energia eléctrica para Maputo.

O passo seguinte foi pôr em funcionamento a comissão técnica presidida pela África do Sul. Esta comissão tem por função a aplicação da declaração de Pretória, principalmente no que diz respeito à cessação dos actos de violência.

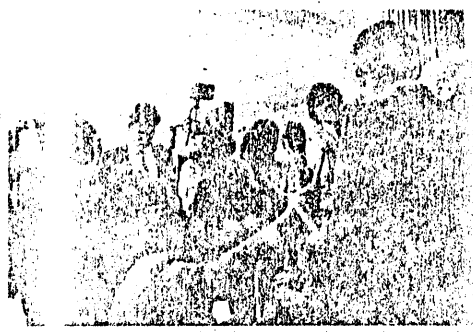
E aqui houve nova tentativa para colocar ao mesmo nível as delegações da África do Sul, de Moçambique e da dita Renamo. Esta última, chefiada por Evo Fernandes, passou a contar com a presença de um outro português, Jorge Correia, conhecido pelo porta-voz para a Europa.

Os dias que se seguiram à declaração de Pretória apresentaram-se difíceis para as diplomacias e causaram uma certa apreensão para as muitas capitais do Mundo, em particular as capitais ocidentais, nada interessadas num recuo dos acontecimentos na África Austral, de acordo com a sua estratégia global.

Escalada e objectivos

A actuação dos «bandos armados» não diminuiu depois de Nkomati, antes pelo contrário, aumentou em particular em Agosto e em Setembro. Nestes dois meses, se o número de acções os diminuiu em quantidade, aumentou no que diz respeito à barbaridade dos crimes praticados, sendo disso exemplo, o assassinato de dois cooperantes italianos, que trabalhavam na construção da barragem de Corumane, que foram degolados.

Com a intensificação das acções, a África do Sul tinha dois objectivos. Um, demonstrar que a autodenominada



Jacinto Veloso e Roelof Botha falam aos jornalistas após uma sessão de negociações.

Renamo é uma organização autónoma; o outro, que esta organização é uma alternativa política ao Governo do Maputo, que o problema do conflito em Moçambique deve ser resolvido por conversações entre as duas partes, tendo o Governo sul-africano o papel de árbitro da contenda.

Não é de admirar, pois, que a partir de Maio a imprensa internacional tenha sido inundada de falsas notícias sobre conversações mantidas em Londres ou em Lisboa entre membros do Governo moçambicano e representantes da Renamo. Preparava-se a cena internacional para as cedências que Maputo poderia fazer devido à intensificação das acções de terrorismo e de desestabilização.

Se entre Janeiro e Fevereiro deste ano, após o recomeço das conversações entre os dois Governos, a África do Sul havia infiltrado 1200 homens armados no território moçambicano, informações existem de que, após a assinatura do Acordo de Nkomati, o Governo sul-africano não parou a infiltração de elementos do banditismo e continuou a fornecer-lhes armamento, quer por via aérea quer por via marítima.

Condições sul-africanas

A pergunta que se coloca é saber o que pretende o Governo sul-africano com a declaração de Pretória. Para Maputo, tornou-se evidente que se trata de uma forma de ganhar tempo para qualquer projecto.

É um facto concreto e não desconhecido que os Serviços Secretos Militares sul-africanos não vêem com bons olhos o fim da desestabilização de Moçambique. Sabe-se que há contradições entre o Governo e os Serviços Secretos Militares. Ao fim e ao cabo, são contradições secundárias, pois a estratégia de Pretória a questão da hegemonia regional é clara, seja por meios económicos, seja por meios militares.

Os Serviços Secretos sul-africanos argumentam que o Governo não deve acabar totalmente com a Renamo em Moçambique, porque o Acordo de Nkomati, para Maputo, não é uma questão estratégica mas uma questão táctica. Dizem que, quando a paz voltar a Moçambique, o Governo do Maputo permitirá o regresso dos militares do ANCP ao seu país.

Com a sobrevivência da Renamo, segundo pensam os Serviços Secretos Militares sul-africanos, será fácil reactivar a força, rapidamente, as acções de desestabilização e de sabotagem em Moçambique. Porém, com a desactivação completa dos bandos armados, a África do Sul, segundo as suas contas, precisará de três ou quatro anos para reactivar uma organização hostil a Moçambique.

Os Serviços Secretos Militares sul-africanos mostram-se descontentes com o que tem feito a sua diplomacia, que recebe o apoio dos sectores económicos interessados numa cooperação ampla e mais estreita com Moçambique. Já foi dito por várias vezes, na África do Sul, que o porto do Maputo é um porto natural do Transvaal; que as pequenas e médias classes da sociedade branca sul-africana lutam pela coexistência e a paz entre os dois países, porque Moçambique representa uma porta para férias no estrangeiro. Aos investidores sul-africanos representa uma forma de expansão dos seus negócios para tentar ultrapassar a crise económica com que vem debatendo-se.

Por isso, será muito provável que a África do Sul pressione a Renamo a cessar a violência apenas no Sul de Moçambique, para permitir o investimento e o turismo sul-africanos nesta região do país, sem se preocupar com o que possa vir a acontecer no Centro e no Norte, onde poderá continuar os actos de violência. ■

Nos dias que se seguiram ao início das conversações de Pretória, multiplicaram-se reuniões de responsáveis com quadros de vários sectores para explicar o alcance da iniciativa. José Luis Cabaço, ministro da Informação, fala a jornalistas

